



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo**

**PORTARIA ARTESP Nº 282, DE 16 DE JUNHO DE 2026**

***Dispõe sobre os procedimentos e critérios relativos à progressão dos empregados públicos permanentes da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e revoga as Portarias ARTESP nº 48, de 02 de maio de 2024, nº 105, de 14 de agosto de 2025 e nº 166, de 09 de dezembro de 2025.***

O **Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, notadamente com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, no artigo 28, inciso I, do Decreto nº 69.339, de 04 de fevereiro de 2025, e no Regimento Interno da ARTESP;

Considerando a Seção VI, da Lei Complementar nº 1.267, de 14 de julho de 2015, que trata da Evolução Funcional dos empregados públicos do Subquadro de Empregos Públicos Permanentes (SQEP-P) da ARTESP;

Considerando o Parecer do Núcleo de Direito de Pessoal da Subprocuradoria Geral da Procuradoria Geral do Estado NDP nº 72/2023, que trata da viabilidade de retroação dos efeitos funcionais e financeiros da progressão e promoção dos empregados da ARSESP, cujos efeitos são aplicáveis analogamente à ARTESP;

Considerando a Lei Complementar nº 1.395, de 22 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os cargos em comissão e as funções de confiança no âmbito da Administração Pública direta e das autarquias, altera as leis complementares que especifica e dá providências correlatas;

Considerando o Parecer da Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do Estado PA nº 11/2025, que trata da situação funcional de empregados públicos contratados sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nomeados para Cargos em Comissão do Estado de São Paulo – CCESP ou designados para Funções de Confiança do Estado de São Paulo – FCESP; e

Considerando a Instrução Normativa da Subsecretaria de Gestão de Pessoas nº 06, de 09 de março de 2026, que estabelece os procedimentos relativos à aplicação do Parecer PA nº 11/2025 e respectivos impactos na formalização e remuneração de servidores ocupantes de função-atividade de natureza permanente e de empregados públicos contratados sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Artigo 1º** - Ficam estabelecidos, na forma desta Portaria, os procedimentos e critérios relativos à Evolução Funcional, mediante Progressão, dos empregados públicos permanentes da ARTESP, em conformidade com os artigos 12 a 14 da Lei Complementar nº 1.267, de 14 de julho de 2015.

**Parágrafo único** - Empregados públicos permanentes empossados nos cargos de comissão de que trata a Lei Complementar nº 1.395, de 22 de dezembro de 2023, são elegíveis à participação no processo de

progressão, sendo considerado como tempo de efetivo exercício para essa finalidade o período trabalhado após a posse, de acordo com o disposto na alínea b do inciso II do artigo 6º desta portaria.

**Artigo 2º** - Progressão, nos termos do artigo 13 da Lei Complementar nº 1.267, de 14 de julho de 2015, é a passagem do emprego público permanente de um grau para o imediatamente superior, dentro da respectiva classe.

**Artigo 3º** - Poderão ser beneficiados com a progressão até 40% do contingente integrante de cada uma das classes, em atividade, existentes na data de publicação do edital de abertura de cada processo de progressão.

**Parágrafo único** - Nas classes em que o contingente for inferior a 3 (três) empregados, poderá ser beneficiado com a progressão 1 (um) empregado, desde que atendidas as exigências legais.

**Artigo 4º** - O processo de progressão será organizado e implementado semestralmente pela Comissão de Evolução Funcional e Desempenho, de que trata o artigo 17, da Lei Complementar nº 1.267, de 14 de julho de 2015.

## CAPÍTULO II - DOS PRÉ-REQUISITOS

**Artigo 5º** - A progressão dar-se-á mediante aprovação em processos de avaliação de desempenho, desde que o empregado tenha cumprido, no mesmo grau, o interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício.

**Artigo 6º** - São requisitos para participação no processo de progressão:

I - ter obtido resultado positivo igual ou superior a 70% (setenta por cento) na média dos resultados dos 2 (dois) últimos processos de Avaliação de Desempenho que antecedem a progressão.

II - contar com, no mínimo, 2 (dois) anos de efetivo exercício no grau em que estiver enquadrado o empregado público, em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do respectivo processo de progressão.

a) Para o empregado do subquadro de empregos públicos permanentes (SQEP-P) de que trata a Lei Complementar nº 1.267/2015, considerar-se-á efetivo exercício as ausências previstas no §1º do artigo 4º e nos artigos 131 e 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, além daquelas que se verificarem em virtude de férias, licença maternidade, licença paternidade, licença adoção e por motivos justificados, a critério da administração. Também serão consideradas como efetivo exercício as ausências relacionadas no §1º do artigo 6º da Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949.

b) Para o empregado público permanente nomeado em cargos de comissão de que trata a Lei Complementar nº 1.395/2023, considerar-se-á efetivo exercício as ausências previstas no artigo 78 da Lei nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo) e as faltas devidamente justificadas, a critério da administração.

c) O cálculo do período de efetivo exercício discriminado nas alíneas anteriores e em outras hipóteses não previstas nesta portaria, será realizado com base na legislação aplicável para o empregado celetista ou servidor público estatutário, considerando-se a somatória dos períodos de efetivo exercício dos dois vínculos, quando o caso.

d) Faltas não justificadas e licenças não remuneradas não serão consideradas como tempo de efetivo exercício.

### CAPÍTULO III - DO EDITAL DE ABERTURA

**Artigo 7º** - A abertura dos dois processos anuais de progressão dar-se-á, respectivamente, até 30 e 180 dias após a divulgação do resultado final do processo anual de avaliação de desempenho, referente ao ciclo de desempenho do ano imediatamente anterior, e será oficializada por meio de edital próprio, divulgado no âmbito da ARTESP.

**Artigo 8º** - O edital de abertura deverá conter:

I - o total de empregados integrantes de cada classe, existente na data de abertura do processo de progressão, e o quantitativo correspondente a 40% desse total;

II - a relação nominal de empregados aptos a participarem do processo de progressão, contendo:

a) o tempo de efetivo exercício no grau, na data de 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do respectivo processo de progressão;

b) a média dos resultados obtidos nos últimos 2 (dois) processos de Avaliação de Desempenho.

III - a relação nominal de empregados inaptos a participarem do processo de progressão, com o motivo da inaptidão.

IV - a definição dos demais prazos a serem observados durante o processo de progressão.

**§ 1º** - No resultado da aplicação do percentual fixado no inciso I desse artigo será:

1. desprezada a fração, quando a primeira decimal for inferior a 5 (cinco);

2. feita a aproximação para a unidade subsequente, quando a primeira decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

**§ 2º** - A relação de empregados aptos a participarem do processo de progressão, de que trata o inciso II desse artigo, corresponde à apuração do tempo de efetivo exercício na data de 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do respectivo processo de progressão e à verificação dos resultados das Avaliações de Desempenho, nos termos do artigo 5º dessa Portaria.

### CAPÍTULO IV - DA PONTUAÇÃO ADICIONAL

**Artigo 9º** - Para fins de pontuação adicional à Avaliação de Desempenho, serão considerados, para progressão, os títulos e certificados de capacitação e aperfeiçoamento, apresentados por cada empregado, em data estipulada no edital, bem como a participação em Comissões e Grupos de Trabalho, conforme disposto no Anexo I desta Portaria.

**§ 1º** - Os eventos de que trata o "caput" desse artigo poderão ser considerados desde que:

1. concluídos, quando se tratar de certificados, ou publicados, quando se tratar de Comissões e Grupos de Trabalho, no período máximo de 2 anos retroativos da data de 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do respectivo processo de progressão;

2. relacionados exclusivamente com as atividades desempenhadas e de interesse da ARTESP;

3. comprovados mediante apresentação de documentação original ou cópia simples, emitida pela instituição promotora do evento, ou, no caso de integrantes de Comissões e Grupos de Trabalho da ARTESP, a apresentação da Portaria instituidora da Comissão ou Grupo de Trabalho.

**§ 2º** - Caberá à Comissão de Evolução Funcional e Desempenho a validação da documentação comprobatória e avaliação da pertinência dos eventos apresentados, conforme o disposto no item 2, do § 1º deste artigo.

**§ 3º** - Não serão considerados para pontuação adicional que trata o “caput” desse artigo os certificados/diplomas exigidos para o ingresso na carreira nem que tenham sido utilizados em outros processos de promoção e progressão em que o empregado tenha sido promovido ou tenha sido progredido, respectivamente.

**§ 4º** - Os pontos adicionais obtidos pelos empregados serão somados à média dos resultados das últimas duas avaliações de desempenho até o valor máximo de 30 pontos.

## **CAPÍTULO V - DOS RESULTADOS**

**Artigo 10** - O resultado final do processo de progressão será calculado pela média aritmética dos resultados em porcentagem obtidos pelo empregado nas Avaliações de Desempenho consideradas, transformado em valor absoluto, acrescido dos pontos adicionais a que se refere o artigo 9º desta portaria.

**Parágrafo único** - A relação dos empregados que farão jus à progressão será obtida pela classificação, em ordem decrescente, dos empregados aptos a participarem do processo de acordo com o seu resultado final, observados os critérios de desempate nos termos do artigo 11 dessa portaria.

**Artigo 11** - São critérios de desempate para apuração da classificação final do processo de progressão, em ordem decrescente de valor:

I - maior tempo de efetivo exercício no grau;

II - maior tempo de efetivo exercício na classe;

III - maior idade;

**Artigo 12** - A classificação geral em ordem decrescente será divulgada no âmbito interno da ARTESP pela Comissão de Evolução Funcional e Desempenho até 60 dias após a abertura do processo de progressão.

## **CAPÍTULO VI – DOS RECURSOS**

**Artigo 13** - Caberá recurso, uma única vez, dirigido à Comissão de Evolução Funcional e Desempenho, em relação às publicações de que tratam os artigos 8º e 12, a ser interposto no prazo máximo de 3 dias úteis contados a partir da data das respectivas publicações.

**§ 1º** - A Comissão de Evolução Funcional e Desempenho terá 5 (cinco) dias úteis para analisar os recursos interpostos e decidir sobre seu deferimento ou não.

**§ 2º** - Após o período recursal, deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado a classificação final para fins de progressão.

## **CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 14** - Ao Diretor-Presidente da ARTESP caberá a homologação do resultado final do processo de progressão.

**Artigo 15** - A progressão do empregado produzirá efeitos pecuniários a partir de 01 de janeiro do ano em que ocorrer a progressão.

**Artigo 16** - Os casos omissos ou excepcionais serão decididos pela Comissão de Evolução Funcional e Desempenho.

**Artigo 17** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Portarias ARTESP nº 48, de 02 de maio de 2024, nº 105, de 14 de agosto de 2025 e nº 166, de 09 de dezembro de 2025.

**André Isper Rodrigues Barnabé**

**Diretor-Presidente**

(Processo SEI! nº 134.00005188/2024-05)

### ANEXO I – ÍNDICE DE PONTUAÇÃO ADICIONAL

ITEM	EVENTO	REGRAS	COMPROVAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PONTOS	TOTAL DE EVENTOS	LIMITE DE PONTOS
1	Pós-graduação stricto sensu	Programas de mestrado e doutorado.	Apresentar diploma e devidamente reconhecido pelo MEC	evento	7	1	7
2	Pós-graduação lato sensu.	A Especialização "lato sensu" deverá ter carga horária mínima de 360 horas.	Apresentar certificado de conclusão do curso oferecido por instituição de ensino superior ou por entidade credenciada para atuar nesse nível educacional pelo MEC	evento	5	1	5
3	Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)	Cursos que não foram exigidos para o ingresso do empregado.	Apresentar diploma do curso de graduação devidamente reconhecido pelo MEC	evento	5	1	5

4	Sequencial de Formação Específica, Extensão ou Aperfeiçoamento	Oferecido por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC, com carga horária mínima de 180 horas.	Apresentação do certificado de conclusão do curso ou atestado de conclusão de curso ou protocolo de solicitação do certificado, acompanhado do histórico escolar	evento	4	1	4
5	Publicações	Publicações de artigos e resenhas em livros, revistas acadêmicas, desde que contem com ISBN/ISSN.	Apresentação da publicação original.	evento	3	1	3
6	Ministrar cursos de capacitação e palestras no âmbito da Escola de Regulação da ARTESP	Cursos, palestras e outras atividades ministradas no âmbito da Escola de Regulação da ARTESP.	Documento comprobatório emitido pela Escola de Regulação, com a carga horária da contribuição e data de realização.	hora/evento	0,2	20	4
7	Ministrar cursos de capacitação e palestras no âmbito de sua área de atuação	Cursos, palestras e outras atividades ministradas no âmbito de sua área de atuação na ARTESP, desde que não tenha havido contraprestação pecuniária.	Documento comprobatório emitido pelo organizador do evento com declaração assinada indicando a carga horária da contribuição, data de realização e declaração de que não houve contraprestação pecuniária.	hora/evento	0,1	10	1

8	Capacitação, aperfeiçoamento, treinamento	Participação em cursos, congressos, seminários e outros eventos correlatos, promovidos pela Administração Pública Paulista ou por organização de ilibada reputação e notório reconhecimento.	Apresentação do documento comprobatório de conclusão ou participação, com indicação da data da realização, da carga horária e da modalidade (presencial ou à distância síncrono*)	hora/evento	0,1	40	4
9	Capacitação, aperfeiçoamento, treinamento	Participação em cursos e outros eventos correlatos, promovidos pela Escola de Regulação da ARTESP.	Apresentação do documento comprobatório de conclusão ou participação, com indicação da data da realização, da carga horária e da modalidade.	hora/evento	0,2	20	4
10	Capacitação, aperfeiçoamento, treinamento	Participação em cursos, congressos, seminários e outros eventos correlatos, custeados pela ARTESP, por meio do SISCAP***.	Apresentação do documento comprobatório de conclusão ou participação, com indicação da data da realização, da carga horária e da modalidade (presencial ou à distância síncrono*)	hora/evento	0,1	20	2
11	Cursos e-learning	Cursos promovidos pela Administração Pública Paulista ou por organização de ilibada reputação e público e notório reconhecimento.	Apresentação do documento comprobatório de conclusão ou participação, com indicação da data da realização, da carga horária e da modalidade à distância assíncrono**.	hora/evento	0,05	80	4
12	Participação em Comissões e Grupos de trabalho da ARTESP	Integrar formalmente Comissões e Grupos Trabalho da ARTESP,	Apresentação da Portaria ARTESP de instituição da Comissão ou documento oficial da designação	evento	0,25	4	1

		como titular ou suplente.	para integrar Grupo de Trabalho.				
--	--	------------------------------	-------------------------------------	--	--	--	--

\*Certificados sem menção da modalidade serão considerados presenciais

\*\*Certificados com menção da modalidade à distância sem especificação se síncronos (ao vivo) serão considerados assíncronos.

\*\*\* SISCAP – Sistema de Capacitação e Treinamento da ARTESP.



Documento assinado eletronicamente por **André Iper Rodrigues Barnabé, Diretor Presidente**, em 16/06/2026, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador

**0111128366** e o código CRC **EFE71033**.